



FACULDADE DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA EDUCAÇÃO

**EDUCAÇÃO NA ZONA RURAL: CAUSAS DO ROMPIMENTO DE BARREIRAS
NO ACESSO À EDUCAÇÃO DA MULHER RURAL NA ESCOLA SECUNDÁRIA
GERAL DE NAMACURRA, PROVÍNCIA DA ZAMBÉZIA**

França Isidora Victor Huber

Maputo, Outubro de 2019

FACULDADE DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE LICENCIATURA EM ORGANIZAÇÃO E GESTÃO DA EDUCAÇÃO

EDUCAÇÃO NA ZONA RURAL: CAUSAS DO ROMPIMENTO DE BARREIRAS NO
ACESSO À EDUCAÇÃO DA MULHER RURAL NA ESCOLA SECUNDÁRIA GERAL
DE NAMACURRA, PROVÍNCIA DA ZAMBÉZIA

Monografia apresentada à Faculdade de
Educação em cumprimento dos requisitos
parciais para obtenção do grau de licenciatura
em Organização e Gestão da Educação, sob
Supervisão da Mestre Marta Mubai.

França Isidora Victor Huber

Maputo, Outubro de 2019

**EDUCAÇÃO NA ZONA RURAL: CAUSAS DO ROMPIMENTO DE BARREIRAS
NO ACESSO À EDUCAÇÃO DA MULHER RURAL NA ESCOLA SECUNDÁRIA
GERAL DE NAMACURRA, PROVÍNCIA DA ZAMBÉZIA**

Esta monografia é apresentada em cumprimento parcial dos requisitos para a obtenção do grau de Licenciatura em Organização e Gestão de Educação, na Universidade Eduardo Mondlane, Faculdade de Educação, Departamento de Organização e Gestão da Educação.

Comité de Júri

O Presidente

O Supervisor

O Oponente

EPÍGRAFE

*Desistir eu já pensei seriamente
nisso, mas nunca me levei
realmente a sério, é que tem mais
chão nos meus olhos do que o
cansaço nas minhas pernas, mais
esperança nos meus passos do
que tristeza nos meus ombros,
mais estrada no meu coração do
que medo na minha cabeça.*

Cora Carolina

DECLARAÇÃO DE HONRA

Declaro por minha honra que este trabalho de licenciatura nunca foi apresentado, na sua essência, para obtenção de qualquer grau e que ele constitui o resultado da minha investigação, estando no texto e na bibliografia as fontes utilizadas.

(França Isidora Victor Huber)

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho aos meus pais Borges Huber Gramucha e Ana Maria Victor Bacane, que muito fizeram para que eu me tornasse a pessoa que sou hoje.

À minha irmã Merci Eulália Victor Huber pelo seu amor e carinho, e por sempre estar comigo nos momentos que mais precisei.

AGRADECIMENTOS

Agradecer a Deus por sempre iluminar a minha vida, mostrando o caminho certo a seguir desde o primeiro dia desta etapa até hoje.

Aos meus pais Borges Huber Gramucha e Ana Maria Victor Bacane pela educação, amor e carinho que me foram dados durante toda a minha vida, moldando, desta forma, o meu ser e carácter. Bem como pela pessoa que me tornei, hoje.

À minha querida irmã, Merci Eulália Huber, pela sua existência, companheirismo e acima de tudo, pela amizade.

Aos meus primos Latifo Azido (*in memorium*) e Rosária Huber, pelo apoio nos momentos difíceis.

Aos meus sobrinhos Paula, Gerson, Aninha e Magú.

Ao Isac Mário Sindique, pelo apoio emocional, companheirismo e acima de tudo pelos conselhos transmitidos e pela paciência.

Ao meu avô Tenente Freitas Norte, pelo apoio financeiro que sempre precisei.

Às famílias: Palate, Nyakudya e Basílio pelo acolhimento proporcionado, durante a formação.

Aos meus amigos que estiveram presentes durante toda a minha caminhada: Celina Palate, Cidía Chissungo, Carlos de Moraes, Rosa Piosse, Edelminda Santos, Abuchina Marló, Teresa Mejo, Ali Paquira, Adelino José, Malaquias Domingos, Adérito Mate, Osvaldo Artur, Dolca Cumbane, Palmira Jone e Mirovaldo Romão.

Aos meus docentes pelos ensinamentos e paciência, durante o período de formação.

À minha supervisora Mestre Marta Mubai, pelo apoio incondicional, paciência, disposição e pelos conhecimentos partilhados, durante a realização do trabalho.

Não teria sido possível a conclusão deste trabalho sem ajuda dessas pessoas maravilhosas na minha vida.

“Essa é a prova de que, só não se vai a lado nenhum”.

O meu muito obrigado!

LISTA DE SIGLAS E ACRÓNIMOS

BM	Banco Mundial
DAE	Director Adjunto da Escola
DUDH	Declaração Universal dos Direitos Humanos
EP1	Ensino Primária do 1º Grau
EP2	Ensino Primária do 2º Grau
EESG	Estratégia do Ensino Secundário Geral
ESG	Escola Secundária Geral
ESN	Escola Secundária de Namacura
FIDA	Fundo Internacional Para Desenvolvimento Agrícola
INE	Instituto Nacional de Estatística
MINFAMU	Ministério da Família e Promoção da Mulher
MOMRM	Movimento de Mulheres Rurais de Moçambique
ONU	Organização das Nações Unidas
PEE	Plano Estratégico da Educação
PNUD	Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento
SPPS	Statistical Package for Social Sciences
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

Tabelas

Tabela 1: Caracterização da amostra de alunas 18

Tabela 2: Idade escolar das participantes 20

Gráficos

Gráfico 1: Causas de rompimento de barreiras 21

Gráfico 2: Motivação para o rompimento de barreiras por parte da mulher rural 22

Gráfico 3: Importância da educação 23

Índice

DECLARAÇÃO DE HONRA.....	i
DEDICATÓRIA	ii
AGRADECIMENTOS	iii
LISTA DE SIGLAS E ACRÓNIMOS	iv
LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS.....	v
RESUMO.....	vi
CAPÍTULO I:	1
1.1 INTRODUÇÃO	1
1.2 Problema de pesquisa.....	2
1.3 Objectivos da Pesquisa.....	3
1.3.1 Objectivo Geral:	3
1.3.2 Objectivos Específicos:	3
1.4 Perguntas de pesquisa:	3
1.5 Justificativa.....	4
CAPÍTULO II.....	6
REVISÃO DA LITERATURA	6
2.1 Definição de conceitos	6
2.1.1 Educação.....	6
2.1.2 Mulher rural.....	6
2.2 Cultura tradicional e o papel da família na educação da mulher rural.....	7
2.3 Barreiras de acesso à educação formal por parte da mulher rural.....	9
2.4 Políticas de rompimento de barreiras no acesso à educação formal por parte da mulher rural	10
2.5 Importância de educar uma mulher rural	13

METODOLOGIA	15
3.1 Descrição da área de estudo	15
3.2 Abordagem metodológica	16
3.3 Objectivos da pesquisa	16
3.4 Método de procedimento.....	17
3.5 População e Amostra.....	17
3.6 Caracterização da amostra.....	18
3.7 Instrumentos de recolha de dados	18
3.7.1 Questionário.....	18
3.7.2 Análise documental	19
3.8 Técnica de apresentação e tratamento de dados.....	19
3.9 Constrangimentos encontrados	19
CAPÍTULO IV:	20
APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS	20
CAPÍTULO V: CONCLUSÕES E SUGESTÕES	25
5.1 Conclusões	25
5.2 Sugestões dirigidas à Escola:	26
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:	27
APÊNDICES.....	31
E	31
ANEXOS	31

RESUMO

Este estudo debruçou-se sobre as causas do Rompimento de Barreiras no Acesso Educação da Mulher na Escola Secundária Geral de Namacurra na Zambézia”. O objectivo geral deste estudo é compreender as principais causas que levaram a mulher rural ao rompimento de barreiras no acesso à educação da mulher na Escola Secundária Geral de Namacurra na Zambézia. Especificadamente procurou-se (i) Identificar as causas do rompimento de barreiras no acesso à educação da mulher rural na Escola Secundária Geral de Namacurra; (ii) Descrever a motivação para o rompimento de barreiras no acesso á educação da mulher rural na Escola Secundária Geral de Namacurra; (iii) Descrever a importância do acesso à educação escolar por parte da mulher rural na Escola Secundária Geral de Namacurra; Para o alcance dos objectivos acima, optou-se por uma abordagem qualitativa e quantitativa, que consistiu na administração de questionários a 84 mulheres rurais (alunas), seleccionadas por conveniência. Do estudo realizado, conclui-se que embora a educação tradicional desempenhe o seu papel diferenciador na socialização primária dos indivíduos, nota-se um rompimento de barreiras que inibem à mulher rural de ter acesso à educação.

O estudo foi norteado pela seguinte pergunta de partida: Que causas levaram a mulher rural ao rompimento de barreiras ao acesso à educação da mulher rural na Escola Secundária Geral de Namacurra. Portanto, a pergunta foi respondida, pois compreendeu-se como causas desse rompimento são apontadas as seguintes: pretensão pelo futuro melhor; desejo de ter um emprego seguro.

Palavras-chaves: Educação; Mulher Rural; Barreiras de rompimento

CAPÍTULO I:

1.1 INTRODUÇÃO

As desigualdades de género e as assimetrias a ela associadas situam-na no centro das preocupações mundiais no que concerne aos direitos humanos e ao desenvolvimento. Neste âmbito, a educação escolar constitui a base considerada primordial para intervenção no sentido de oferecer aos estudantes de todos os géneros, mas particularmente as mulheres, uma base comum de conhecimentos, atitudes e competências para reverter as desigualdades (Louro, G. 1997).

A educação sempre foi uma prática essencial na vida do ser humano, principalmente para a construção das identidades pessoais e sociais, como também para a conquista da liberdade. Collieri (2000), afirma que a África é um continente com níveis de escolaridade ainda baixos, com aproximadamente um terço da população sem acesso à educação. Dentre esse número a maior parte incide no sexo feminino.

Dados recentes de vários países da África, Ásia e América Latina indicam que as mulheres são muito menos propensas a participar do emprego assalariado rural (tanto agrícola como não agrícola) do que os homens. Ao invés disso, eles são mais activos na economia rural informal, que opera fora dos padrões trabalhistas, Anita e Schuch (1984).

Em Moçambique apesar de a Constituição da República em vigência, no Título III, Capítulo I, no Artigo 35 preconizar que todos os cidadãos são iguais, perante a lei, gozam dos mesmos direitos e estão sujeitos aos mesmos deveres, (independentemente da cor, raça, sexo, origem étnica, lugar de nascimento, religião, grau de instrução, posição social, estado civil dos pais, profissão ou opção política) e o artigo 36 vincar a igualdade do homem e mulher na medida em que refere que estes são iguais perante a lei e em todos os domínios da vida política, económica, social e cultural, nota-se que nem sempre há cumprimento da lei sobretudo nas zonas rurais, isso devido ao facto de ainda existir um forte domínio da educação tradicional nas comunidades moçambicanas.

A educação tradicional está assente em estereótipos igualmente fortes de dominação masculina, onde separa raparigas e rapazes desde cedo, e o principal papel social da mulher é o de mãe e o casamento, é uma instituição social incontornável.

Devido a predominância forte da educação tradicional, desde cedo as mulheres são educadas para a realização de tarefas específicas como é o caso de lavar, cozinhar, cuidar da casa, dos filhos e do marido. Esse tipo de práticas ou deveres socialmente construídas para a mulher, coloca-a sempre, em desvantagem no que toca ao exercício dos seus direitos.

A pesquisa aborda sobre as causas de rompimento de barreiras de acesso à educação formal, da mulher rural da Escola Secundária de Namacurra, ESN. Verdade (2012), considera que a mulher rural, pouco a pouco, vem quebrando barreiras, procurando participar mais nas áreas de tomada de decisão seja em casa, na vida política, económica e social, isso é devido ao facto dela aderir à educação formal em busca de espaço dentro da sociedade onde ela está inserida.

1.2 Problema de pesquisa

Moçambique, apesar de ser um país cuja independência foi alcançada em 1975 e com o constante registo de apelos por parte das entidades governamentais e não-governamentais no sentido de proporcionar o acesso à educação formal por parte dos cidadãos em idade escolar, ainda são verificados casos de exclusão em algumas zonas rurais. A incidência de analfabetismo é verificada de região em região, mas todas elas com uma particularidade em comum: o fosso entre homem e mulher indica que as raparigas são as que se mostram menos alfabetizadas.

Muitas vezes os casamentos prematuros, a gravidez precoce, a sobrecarga de tarefas domésticas no caso das raparigas órfãs e chefes de família e a distância entre a casa e a escola, a pobreza e a violência baseada no género colocam a rapariga fora da escola, fazendo com que a situação actual das raparigas que completam a 7ª classe seja de cerca de 22,6% e as que completam o Ensino Secundário Geral apenas 4%, (Nikhalamo, 2016).

De acordo com o relatório do Fundo Internacional Para Desenvolvimento Agrícola, (FIDA) (2007), o analfabetismo da mulher ainda continua a cambalear e as taxas de inscrição feminina nas escolas são muito baixas. Contudo, actualmente existem consideráveis avanços no ingresso e frequência de meninas na educação primária nos últimos anos, o rácio quase se aproxima aos dos rapazes. O ingresso no ensino secundário, também, registou melhoria

significativa de raparigas, mesmo se considerando diferença do rácio com os rapazes nas zonas urbanas e rurais. A taxa global de analfabetismo feminino em Moçambique baixou de 74,1% em 1997; 56,0% em 2009.

O aumento dos níveis da educação, particularmente as raparigas, tem sido visto como uma das estratégias para a redução da pobreza em Moçambique. Assume-se de que com esta realidade será fácil assegurar o acesso ao emprego e melhorar o bem-estar na família (GdM, 2005). Nesta ordem de ideias, coloca-se a seguinte pergunta de partida: **Que causas levaram a mulher rural ao rompimento das barreiras de acesso à educação na Escola Secundária Geral de Namacurra, na Zambézia?**

1.3 Objectivos da Pesquisa

1.3.1 Objectivo Geral:

- Compreender as causas que levaram a mulher rural ao rompimento de barreiras no acesso à educação na Escola Secundária Geral de Namacurra, na Zambézia.

1.3.2 Objectivos Específicos:

- Identificar as causas de rompimento de barreiras da mulher rural no acesso à educação na Escola Secundária Geral de Namacurra, na Zambézia;
- Descrever a motivação para o rompimento de barreiras da mulher rural no acesso à educação Escola Secundária Geral de Namacurra, na Zambézia;
- Descrever a importância do acesso à educação escolar por parte da mulher rural;

1.4 Perguntas de pesquisa:

- Quais são as causas de rompimento de barreiras da mulher rural no acesso à educação na Escola Secundária Geral de Namacurra, na Zambézia?
- Como se descreve a motivação para o rompimento de barreiras ao acesso à educação da mulher rural na escola secundária geral de Namacurra, na Zambézia?
- Como se descreve a importância do acesso à educação escolar por parte da mulher rural?

1.5 Justificativa

Abordar sobre as causas à volta do rompimento de barreiras de acesso à educação formal por parte da mulher constitui um dos nossos interesses que surgiu no contexto de sala de aulas concretamente nos módulos de Perspectivas de Género na Educação e Educação para Cidadania no curso de Organização e Gestão da Educação leccionada na Faculdade da Educação da Universidade Eduardo Mondlane.

Através dos módulos acima referenciados, percebeu-se que a mulher, sobretudo a mulher rural¹ não tem tido maior acesso à educação formal dada a extensão da construção social; relações e papéis sociais e sexuais construídas baseadas na superioridade masculina. No geral, as relações desiguais de género são as que levam a mulher à subalternidade, dando assim espaço para as desigualdades dentro das sociedades, prolongando a concepção histórica de que a mulher é um ser destinado à procriação e lar.

Por outro lado, a partir dos conteúdos vinculados ao módulo de Educação para Cidadania incutiu-se em nós a ideia segundo à qual a mulher é semelhante ao homem ou vice-versa. O não acesso aos direitos fundamentais do cidadão, como a educação, que muitas vezes, é conferida ao homem resulta de razões históricas pois o homem e a mulher são iguais conforme preconizam vários tratados quer internacionais quer nacionais.

Com os conhecimentos adquiridos nas duas disciplinas acima mencionadas, procurou-se abordar neste trabalho do final do curso um tema a volta da problemática de acesso à educação por parte da mulher rural derivado ao facto de, esta, comparativamente a mulher da zona urbana, enfrentar as barreiras no acesso aos seus direitos, embora se considere que homem e mulher sejam iguais perante a lei independentemente de quaisquer variáveis a ser elencados.

A ocorrência de desigualdades de acesso à educação da rapariga nas zonas rurais é uma realidade. No entanto, com a formulação do tema: **Educação Na Zona Rural: Causas Do Rompimento De Barreiras No Acesso À Educação Na Escola Secundária Geral De Namacurra, Província Da Zambézia**, visa-se compreender as causas por detrás do rompimento de barreiras por parte da mulher no ensino secundário.

¹ Conceito a ser aprofundado ao longo do trabalho

Portanto, este trabalho contribuirá, sobretudo, no que diz respeito à emancipação da mulher no geral e em particular da mulher rural. Espera-se também que, posteriormente possa garantir a incorporação da melhoria do *status* da mulher em todas as dimensões da sociedade seja económica, política, cultural e social, daí que os resultados desta pesquisa poderão servir de uma base para o desenho de estratégias que visem a redução do elevado índice de analfabetismo que afecta à mulher em particular a das zonas rurais.

CAPÍTULO II

REVISÃO DA LITERATURA

Neste capítulo, apresenta-se a definição e a discussão dos conceitos básicos referentes aos assuntos temáticos deste estudo: Educação; Mulher Rural; Acesso/acessibilidade e Barreiras.

2.1 Definição de conceitos

2.1.1 Educação

Segundo Calleja (2008), educação é a acção desenvolvida sobre as pessoas que formam a sociedade, com o fim de capacitá-las de maneira integral, consciente, eficiente e eficaz, que lhes permita formar um valor dos conteúdos adquiridos, significando-os em vínculo directo com seu quotidiano, para actuar conseqüentemente a partir do processo educativo assimilado. Para Figia (2005) a educação é o processo pelo qual a sociedade forma seus membros à sua imagem e em função de seus interesses.

De acordo com a perspectiva social da educação, simpatiza-se com a ideia de Calleja (2008), por apresentar uma definição que reflecte a realidade do país, e também por englobar factores formal e informal, preparando assim o homem para encarar os desafios sociais.

2.1.2 Mulher rural

Segundo Silva (2011), a mulher rural é aquele elemento do sexo feminino que reside no meio rural e com efeito, assume um quotidiano típico daquele ambiente, meios de vida ligados ao campo e toda uma estrutura familiar própria do meio em que se insere.

De acordo com Salomão (2014), o conceito de mulher rural está implicitamente associado às características do meio aonde ela reside, de entre as quais se pode destacar a inexistência ou deficiência dos principais serviços básicos (educação e saúde); inexistência ou deficiência no fornecimento de água e energia eléctrica, estilo de vida modesto ou simples, onde os principais meios de trabalho são obsoletos e tradicionais, vive de uma agricultura de subsistência, pastorícia, uma das principais actividades, casamento com idade jovem por parte das raparigas.

O Ministério da Família e Promoção da Mulher - MINFAMU (2014, p.2), define a mulher rural como: “Todo o cidadão do género feminino com idade igual ou superior a 16 anos cujas

relações sociais e económico-profissionais decorrem do contacto directo com as fontes de produção primárias, num ambiente relacionado com a produção e colheita com a terra e com a natureza”.

De acordo com o relatório do Movimento de Mulheres Rurais de Moçambique (MOMRM, 2015), define a mulher rural como sendo aquela de sítios longes (zona rural), mas diferenciando-se da mulher camponesa. A mulher camponesa tem como sobrevivência na base da enxada. Enquanto a mulher rural tem a agricultura e tem outras actividades de rendimento.

As afirmações acima convergem no que diz respeito a característica principal da mulher rural que são as actividades económicas realizadas por elas e o meio em que as envolve, tornando assim numa rotina de actividades e hábitos diários. A própria sociedade determina o que é mulher e o que é homem, através de seus hábitos culturais e costumes, do sistema educacional, da divisão sexual e social do trabalho.

2.2 Cultura tradicional e o papel da família na educação da mulher rural

Sacristán (2002), citado por Francisco (2005), considera a família e as pequenas comunidades têm a função de proporcionar a identidade básica aos alunos, de acordo com a adaptação ao meio imediato, pela experiência directa, significativa, e integrada no sentido em que engloba aspectos sociais, afectivos, morais, cognitivos e corporais.

Contudo, o declínio das instituições tradicionais, como a família e a religião originaram uma reformulação da educação e estão na origem da criação do sistema de ensino, ou seja, da educação formal que assume uma função socializante, importante para a formação do ser social, inculcando lhe categorias de pensamento e um sistema de ideias, crenças, tradições, valores morais e profissionais ou de classe, (Cherkaoui, 1986 citado por Silva, 2006).

A cultura é uma componente activa na vida do ser humano, e não existe individuo que não possua uma cultura, pois cada um de nós é criador e propagador de diversas culturas. A cultura faz parte do nosso íntimo e a manifestamos de formas e maneiras diferentes. De acordo com Taylor (1970), cultura é todo o complexo que inclui conhecimentos, crenças,

arte, leis, costumes, ou qualquer outra capacidade ou hábito adquirido pelo homem como membro de uma sociedade.

A cultura caracteriza-se no geral por regime de patriarcado e gerontocracia, baseada no poder dos anciões, sendo estes uma fonte normativa da comunidade; papel secundário da mulher nas sociedades patriarcais, cuja influência se reduz ao contexto doméstico, como esposa, mãe e educadora. Os jovens são sujeitos a rituais de passagem a vida adulta, adquirindo o estatuto de membros de pleno direito; casamento precoce de raparigas uma vez que a sua realização como pessoa depende disso sendo que “a auréola de dignidade e prestígio brota da sua fecundidade (Altuna, 1993).

No meio rural a função social da mulher lida-se ao casamento, a maternidade, ao lar e a educação dos filhos. Valoriza-se a sua função de educadora expressa no provérbio que a firma que “para educar um homem, eduque-se a criança, para educar uma aldeia, eduque-se a mulher”. Apesar disso a sua visibilidade social é reduzida e a sua intervenção na vida comunitária não extravasa o contexto doméstico, pelo que Altuna (1993) refere que “a mulher é a agricultora-mãe-esposa-dona de casa-doadora de sangue-linhagem”. Onde a sua socialização opera no âmbito das lógicas sexistas e de dominação masculina (Bourdieu, 1999) reforçadas pelos ritos de iniciação.

Para Altuna (1993), as representações sobre a mulher rural estão associadas a maternidade e aos papéis de mãe e esposa, reforçando-se o seu estatuto inferior, já que a iniciação feminina funciona no sentido de instruir e preparar as raparigas para todas as funções femininas, pois, para isso é educada e lhe é exigida na vida comunitária.

A Política Cultural de Moçambique e Estratégia de sua implementação (1997) e PEE (2006-2011) demonstram claramente que enquanto a cultura é, por si só, um vasto campo de acções, ela tem também implicações em quase todos outros sectores, como a educação, a saúde, a agricultura, justiça, o turismo, o ambiente, a indústria e a economia. Perante aos factores acima citados impedem a conclusão da escolaridade obrigatória porque nas comunidades africanas, as mulheres não têm direito à educação, poucos pais investem na educação dela em relação aos homens, e também são vistas como sendo para procriação e cuidar da casa.

Para Beauvoir (1980), uma mulher torna-se plenamente humana quando tem oportunidade de se dedicar ao exercício de actividades públicas e quando pode ser útil à sociedade: “É um paradoxo criminoso recusar à mulher toda a actividade pública, vedar-lhe as carreiras masculinas, proclamar sua incapacidade em todos os terrenos e confiar-lhe a empresa mais delicada, mais grave que existe: a formação de um ser humano.” (Gaspari, 2003 P.42).

2.3 Barreiras de acesso à educação formal por parte da mulher rural

Moura (1992) compreende barreira como toda e qualquer acção que impede uma pessoa de desempenhar o seu livre direito, em última análise o seu papel de cidadão, com direitos e deveres comuns a todos. Estas podem ser divididas entre barreiras naturais e barreiras socioculturais:

✓ Barreiras naturais

As barreiras naturais são relativas à topografia e às condições climáticas naturais do meio ambiente, portanto de menor relevância sobre o estudo social. As barreiras socioculturais são relativas à atitudes/acções construídas pelo homem na sua relação com o meio social. (Moura, 1992). Um espaço construído, quando acessível a todos, é capaz de oferecer oportunidades igualitárias a todos os usuários, (Bittencourt et al., 2004).

✓ Barreiras socioculturais

Para Booth e Ainscow (2002), o estabelecimento físico, as culturas, as políticas, o currículo, o método de ensino, o lugar em que os alunos se sentam e a forma de interacção são algumas barreiras que podem dificultar a vida escolar de qualquer aluno e da mulher em particular, não só dos que têm alguma deficiência, transtorno global do desenvolvimento, altas habilidades ou superdotação.

As barreiras podem ser encontradas em qualquer aspecto de uma escola; nos alunos, professores, pais e/ou encarregados de educação e comunidades locais; nas mudanças nas culturas, políticas e práticas. Os recursos nos estudantes, em suas capacidades de dirigir sua própria aprendizagem e apoiar a aprendizagem uns dos outros, podem ser particularmente subutilizados, assim como também pode o potencial do Pessoal em apoiar o desenvolvimento uns dos outros, (Ibdem).

No relatório do Banco Mundial (2007) resultante de um estudo, afirma-se que as tradições culturais podem constituir barreiras à educação. O casamento precoce das raparigas e os ritos de iniciação de rapazes e raparigas tendem a influenciar negativamente as taxas de frequência do ensino primário. Ainda ocorrem ritos de iniciação em algumas partes do país, principalmente rurais. O casamento infantil prejudica o acesso à escola, bem como a retenção e conclusão. Ainda nesse mesmo estudo realizado refere-se ao casamento infantil como uma razão para o não ingresso das raparigas no ensino secundário ou para posterior abandono.

A partir da abordagem acima compreende-se que as barreiras apontadas por Bittencourt et al, (2004) e Banco Mundial (2007) são as que mais se identificam com o problema levantado neste estudo, pois entende-se barreira tudo que directa ou indirectamente impede a mulher de frequentar a escola. Uma das grandes barreiras que mais tem afectado as mulheres são os factores socioculturais. Sempre houve discriminação homem-mulher, principalmente em relação à educação. Por esta razão nas zonas rurais investe-se mais nos homens em relação as mulheres, pois ainda prevalece o pensamento de que a mulher está destinada à procriação, ao lar, para agradar o marido.

2.4 Políticas de rompimento de barreiras no acesso à educação formal por parte da mulher rural

Há alguns anos constata-se que as mulheres têm mais acesso à educação, no entanto, mais anos de escolaridade não representa a anulação das desigualdades de género, como podemos verificar no meio rural. A ideologia presente na escola reproduz as iniquidades de género e pouco enfatiza a formação para o desenvolvimento humano. Em lugar disso prepara os indivíduos para o mercado de trabalho ou mão-de-obra, pois “a educação é vista não apenas como uma forma de as pessoas se tornarem economicamente produtivas, mas como uma condição para a liberdade” (Rua e Abramovay, 2000).

O direito à educação tem uma base sólida no Plano Internacional dos Direitos Humanos e aparece registado num conjunto variado de documentos sobre direitos humanos, com carácter universal e regional. No mínimo, os governos são obrigados a assegurar o gozo do direito à educação, garantindo o acesso à instituições escolares existentes, de todas as meninas e rapazes, bem como mulheres e homens, com base na igualdade e não discriminação. A

obrigação positiva de assegurar um acesso igual às instituições educativas engloba um acesso físico e construtivo, Palate (2016).

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, (DUDH) de 1948 no artigo 26 preconiza que toda a pessoa tem direito à educação. A educação será gratuita, pelo menos nos primeiros graus elementares e fundamentais. Em Moçambique, o direito à educação vem consagrado na constituição da República de Moçambique no artigo 88, 1. Na República de Moçambique a educação constitui direito e dever de cada cidadão, 2. O Estado promove a extensão da educação à formação profissional contínua e à igualdade de acesso de todos os cidadãos ao gozo deste direito.

Apesar do Direito à Educação ser reconhecido como um Direito Humano e fundamental, tem havido casos da violação deste direito por parte dos Estados signatários conforme descreve o Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento (PNUD, 2013) na medida em que refere que se os Direitos Humanos de um modo geral não são respeitados os direitos das mulheres, e particularmente o direito à educação das mulheres, são os que menos são respeitados. Pois, tradicionalmente, à mulher é atribuído uma subalternidade relativamente aos papéis desempenhados por homens. A dita tradição atribui à mulher um estatuto meramente “doméstico”, ela deve apenas dedicar-se a tarefas como cuidar do marido, dos filhos e do lar.

O Plano Estratégico do Sector da Educação (1999-2005) focaliza a expansão do acesso, melhoria da qualidade e relevância da educação e o fortalecimento da capacidade para gerir e entregar serviços de educação apropriados. O ensino primário é central para a estratégia do Governo no combate à pobreza e promoção de educação para todos.

Durante a implementação do Plano Estratégico da Educação e Cultura, PEEC (2006-2010/11), deu-se um grande enfoque à igualdade de oportunidades através da promoção da entrada para a escola aos seis anos, particularmente das raparigas (principalmente através da construção de escolas mais próximas das comunidades). Ao mesmo tempo, encorajou-se o ingresso das raparigas nos Institutos de Formação de Professores, no Ensino Técnico-Profissional e no Ensino Superior (nas áreas de ciências, matemáticas e engenharias). Promoveu-se a integração de questões de género no currículo e de materiais didácticos sobre

este assunto em todos os subsistemas de ensino, Plano Estratégico da Educação, PEE (2012-2016).

Como forma de assegurar que os cidadãos moçambicanos tenham o acesso à educação independentemente do género conforme prevê o artigo 36 do texto constitucional, o Estado moçambicano apostou na construção de escolas cada vez mais próximo das comunidades, o aumento do envolvimento dos conselhos de escolas e dos próprios pais e/ou encarregados da educação, entre outras acções. Além disto, introduziu-se as medidas de apoio social, promoção da diversificação das modalidades de educação através da expansão da Educação Aberta e à Distância, entre outros, criando mais oportunidades e flexibilidade na participação em actividades educativas em todos os níveis de educação, PEE (2012-2016).

Em estudos realizados por Osório (2006) em Moçambique existem programas e planos que têm como objectivo aliviar a pobreza e minimizar as desigualdades existentes no seio da população (como PARPA3 I, II, Agenda 2025, Plano Estratégico, Objectivos de Desenvolvimento do Milénio – ODM, entre outros). Especificamente, o sector da educação, um dos pilares importantes para a inserção da mulher na vida política, económica e social, segundo os objectivos do milénio para Moçambique (2010), continua a apresentar desafios enormes quanto à inclusão da mulher e à promoção da igualdade de género.

Dias (2002) secunda o autor acima, afirmando que a educação faz parte do mundo globalizado e o papel da escola, tido como fundamental para a redução da pobreza, por exemplo, apesar de continuar a ser visto por muitos de uma perspectiva económica, ultrapassou as fronteiras do sistema social das nações/estado. A educação actual apresenta-nos um desafio dualista, onde a escola deve corresponder ao mercado da globalização e ao mesmo tempo integrar a educação intercultural.

No que toca ao género, o governo comprometeu-se a promover a igualdade das relações de género, incluindo a remoção de barreiras que afectam os cidadãos, em particular, as mulheres e as raparigas, como condição essencial para um desenvolvimento sustentável centrado na pessoa humana. Assim, o sector da Educação desenvolveu, desde o seu primeiro plano estratégico, instrumentos específicos para orientar a implementação dos seus planos na perspectiva de género, promovendo, particularmente, a integração de uma perspectiva de género em todo o sistema da Educação.

Relativamente às medidas patentes na Estratégia do Ensino Secundário Geral, (EESG) 2009 – 2015, destacam-se a construção de novas salas de aula para a expansão da rede escolar do ESG visando a Promoção do acesso; Redução, não só do número de alunos por turma, mas também das distâncias entre casa e a escola; Redução da necessidade de internamento dos alunos; Redução do tamanho de escolas, o que permitirá melhorar a gestão escolar.

Não obstante os esforços que têm sido desenvolvidos para a emancipação e a eliminação das desigualdades entre homens e mulheres, através da promoção dos direitos humanos das mulheres, ainda persistem algumas hesitações impostas nas construções sociais assentes na dominação masculina, que tendem a colocar a mulher como o outro sexo (Bourdieu, 1998).

2.5 Importância de educar uma mulher rural

As mulheres representam mais de dois terços dos 796 milhões de pessoas que são analfabetas do mundo e muitas delas vivem em áreas rurais. Em alguns países, muitas mulheres rurais não conseguem ler e escrever comparando com homens rurais. Isso dá origem a disparidades de género e violência relacionada ao género.

Em 2000 foi realizado um fórum mundial da Educação em Dakar, o mesmo foi promovido pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura, (UNESCO), com o tema *Educação para Todos* onde teve como um dos grandes objectivos eliminar as disparidades de género nos ensinos primários e secundários até 2005, e atingir o equilíbrio de género na educação até 2015, assegurando desse modo o acesso total e aquisição de uma educação básica de qualidade às raparigas, (PNUD, 2005).

O programa quinquenal do governo (2015-2019) chama a atenção para a observância de questões de género na planificação de actividades em todos os sectores. As várias iniciativas de que o governo é signatário, tais como a plataforma de Pequim, o Protocolo à Carta Africana dos direitos do homem e dos povos relativos aos direitos da mulher em África. A convenção sobre eliminação de todas as formas de discriminação, bem como os programas específicos que foram criados são o testemunho de compromisso do governo de tratar da questão da equidade de género.

Moçambique trata também da questão de género, através da política de género recentemente aprovada pelo conselho de ministros, bem como do Plano Nacional para o avanço da mulher (2010-2014), que fornece um quadro de prioridades, estratégias e metas do país em geral e em que a educação desempenha um papel importante.

O acesso das mulheres rurais à educação e formação podem ter um grande impacto no seu potencial para aceder e beneficiar de oportunidades geradoras de renda e melhorar seu bem-estar geral e contribuir para o desenvolvimento da sociedade. A educação, sem qualquer dúvida, afecta positivamente o bem-estar das mulheres nas áreas rurais, aumentando suas habilidades empresariais e renda, (PEE 2006-2011).

A educação entre as mulheres rurais também beneficia a economia rural sob a forma de aumento da produtividade agrícola. Nos países em desenvolvimento, o acesso limitado ou não à educação para as mulheres é uma das barreiras que impedem a superação da fome e a criação de vida saudável para as crianças. A educação das mulheres torna-se um determinante chave na sobrevivência de seus filhos e na sua saúde materna².

De acordo com Lusa (2011), a educação de mulheres não estimula apenas o crescimento económico, como também melhora o bem-estar das próprias mulheres e lhes dá mais instrumentos de acção em suas comunidades e países.

Em algumas sociedades em que mulheres e raparigas são tradicionalmente separadas mostram que os recursos controlados pelas mulheres ajudam a família de uma forma mais directa do que os recursos controlados pelos homens.

Quanto maior acesso da educação a mulher tiver, mais probabilidade tem de obter uma renda mais alta, o que beneficiará sua família e comunidade, por isso, o acesso a educação não deve-se limitar no acesso ao espaço escolar físico mas sim no acesso epistemológico que na perspectiva de Bastos e Duarte (2016) garante que os alunos tenham uma maior possibilidade de sucesso através do domínio dos instrumentos básicos de acesso ao conhecimento designadamente: leitura, escrita e realização de operações básicas,

² <http://www.un.org/womenwatch/feature/ruralwomen/facts-figures.html>

CAPÍTULO III

METODOLOGIA

O presente capítulo apresenta os aspectos metodológicos que guiaram este estudo, ou seja, abordagem metodológica, descrição da população e a amostra, as técnicas e os instrumentos de recolha de dados, bem como a forma como os dados foram processados e analisados.

3.1 Descrição da área de estudo

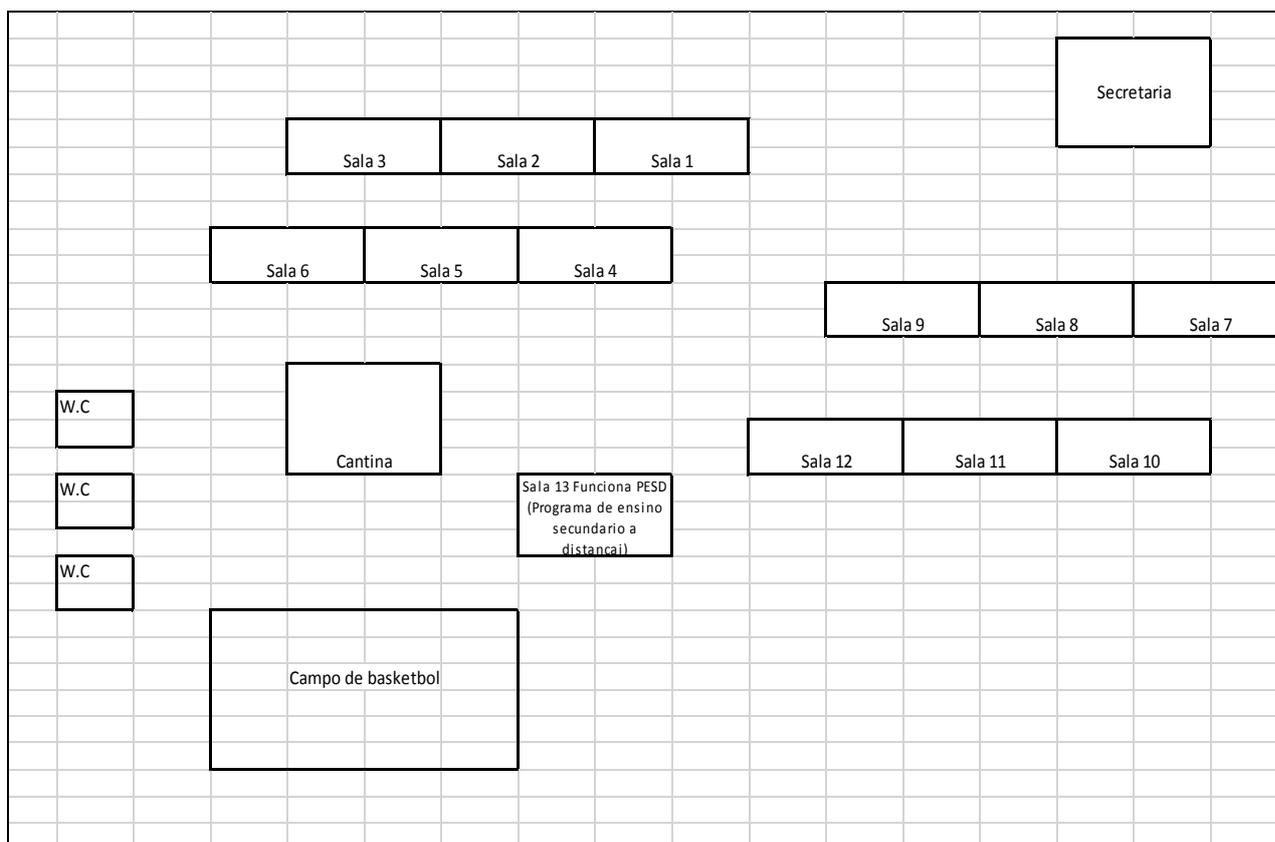
O estudo foi realizado no distrito de Namacurra, Província de Zambézia. De acordo com o Ministério da Administração Estatal, (2005) o distrito de Namacurra está localizado a sul da província de Zambézia, fazendo fronteira a Norte com o distrito de Mocuba, a Oeste com o distrito de Nicoadala a Sul com o Oceano Índico e a Este com o distrito de Maganja da Costa. Com uma superfície de 2.041 km² e uma população recenseada em 1997 de 160.879 habitantes e estimada, à data de 1/1/2005, em 200, 915 habitantes, o distrito tem uma densidade populacional de 99, 1 hab/km².

A população é jovem (47%, abaixo dos 15 anos de idade), maioritariamente feminina (taxa de masculinidade de 47%) e de matriz rural (taxa de urbanização de 2%).

O distrito possui 92 escolas das quais, 84 são EP1, 7 são EP2 e 1 ESG.

Com 78% da população analfabeta, predominantemente mulheres, a taxa de escolarização do distrito é baixa, constando-se que somente 32% dos habitantes frequentam ou já frequentaram a escola.

A Escola Secundária Geral de Namacurra, foi fundada em 2000, possui duas casas das quais 1 do Director da Escola e a outra do Director Adjunto Pedagógico, actual Director Adjunto da Escola, (DAE).



Fonte: Fornecida pela Escola (Planta da escola)

3.2 Abordagem metodológica

Do ponto de vista da sua natureza trata-se de uma pesquisa aplicada com uma combinação dos métodos quantitativos e qualitativo. Na perspectiva de Gil (1999), a pesquisa qualitativa é aquela que propicia o aprofundamento das questões relacionadas ao fenómeno em estudo e das suas relações e a quantitativa como a que recorre ao uso de técnicas estatísticas para os aspectos que podem ser quantificáveis

3.3 Objectivos da pesquisa

Quanto aos objectivos, o presente trabalho é uma pesquisa descritiva e explicativa: descritiva porque descreve as causas que leva a mulher rural a romperem as barreiras no acesso a educação. E explicativa porque procurou-se aprofundar o conhecimento das barreiras que inibem o acesso a educação da mulher rural.

Para Gil (2002), a pesquisa descritiva têm como objectivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenómeno ou, então, o estabelecimento de

relações entre variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de colecta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática.

3.4 Método de procedimento

Para a elaboração do trabalho, o método de pesquisa utilizado é o estudo de caso. De acordo com Marconi (2002), o estudo de caso é aquele que procura analisar e examinar de forma detalhada uma determinada situação. Neste contexto, recorreu-se a este procedimento técnico centrando-se na Escola Secundária Geral de Namacurra.

3.5 População e Amostra

Na perspectiva de Lakatos e Marconi (1999 p.157) "população é o conjunto de elementos que possuem determinadas características comuns num dado espaço geográfico ou conjunto de indivíduos que trabalham em um mesmo lugar".

População

A pesquisa teve como público-alvo mulheres rurais da Escola Secundária Geral de Namacurra, Província da Zambézia, neste caso, 835 alunas que frequentam o ensino formal na Escola Secundária de Namacurra, isso porque as suas vidas decorrem em dois (2) contextos educacionais diferentes, o tradicional (a cultura) e o moderno (educação formal).

Amostra

Para a realização do estudo, usou-se a Amostragem por conveniência. Segundo Gil (2008, p.94), "a amostragem por conveniência possibilita que o pesquisador seleccione os elementos a que tem acesso, admitindo que estes possam, de alguma forma, representar o universo". Assim, do número total das alunas, foi extraída uma amostra de 84 elementos representando 10%.

3.6 Caracterização da amostra

Para a caracterização da amostra utilizaram-se as seguintes variáveis: classe, faixa etária e o estado civil.

Tabela 1: *Caracterização da amostra de alunas*

Característica	Variável	Frequência	Porcentagem
Classe	8 ^a	31	37%
	9 ^a	22	26%
	10 ^a	31	37%
Idade	15-20	36	43%
	21-24	48	57%
Estado civil	Solteira	40	48%
	Casada	35	41%
	Outros	9	11%
	Total	84	100%

Fonte: Elaborada pela autora com base nos dados da pesquisa

3.7 Instrumentos de recolha de dados

3.7.1 Questionário

Segundo Gil (2008, p.121) questionário é uma técnica de investigação composta por um conjunto de questões que são submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado etc.

Quanto ao motivo do uso desta técnica, é o facto de o questionário ser um instrumento acessível e permite trabalhar com um número elevado de respondentes em simultâneo dada a sua rapidez no que diz respeito à obtenção das respostas.

O guião de inquérito por questionário tinha 17 questões e dividido em duas partes, sendo que a parte “I” contemplava 3 questões referentes aos dados demográficos das quais duas questões fechadas e 1 uma aberta. A segunda parte “II” contou com 14 questões das quais 9 abertas e 5 fechadas. O mesmo foi entregue aos inqueridos em mão mediante o esclarecimento e assinatura do termo de compromisso.

3.7.2 Análise documental

Para Gil (1999), análise documental consiste na consulta de material já existente, podendo ser em forma de livros, artigos científicos e outros que possibilitam a colheita da informação sobre um determinado assunto. A análise documental para este estudo envolveu a consulta de documentos que abordam sobre a igualdade de género no que toca ao direito à educação, tais como: Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948; Constituição da República de Moçambique de 2010; Plano estratégico da Educação de 2012-2016 e Estratégia do Ensino Secundário Geral 2009 – 2015.

3.8 Técnica de apresentação e tratamento de dados

Após a recolha dos dados tornou-se necessário analisá-los. Para tal, os dados quantitativos (questionário) foram processados estatisticamente através do pacote Statistical Package for Social Sciences, (SPSS).

3.9 Constrangimentos encontrados

Na elaboração do presente trabalho de pesquisa houve os seguintes constrangimentos:

- Dificuldade para que a escola aceitasse a credencial. Levou-se 2 dias para o efeito. Isso porque alegou-se que pudéssemos ser pessoas enviadas da direcção distrital da educação para inspeccionar;
- A comunicação com as mulheres foi muito difícil no início da realização da pesquisa devido as limitações da língua por parte da pesquisadora, mas com a interacção estabelecida se foi desmistificando. Houve momentos em que as alunas negaram de participar da pesquisa, com o pensamento de que a pesquisadora era movida pelas más intensões (como por exemplo: raptos);
- Algumas alunas não preenchiam todas as perguntas do questionário, o inquiridor voltava a solicitá-los de modo a que estas completassem as respostas em causa;

CAPÍTULO IV:

APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS

Este capítulo tem como objectivo apresentar e fazer análise dos resultados obtidos na Escola Secundária de Namacurra, na Zambézia. Os dados foram organizados em três secções tendo em conta os objectivos específicos, nomeadamente: (i) Identificar as principais causas do rompimento de barreiras no acesso à educação da mulher rural na Escola Secundária Geral de Namacurra; (ii) Descrever a motivação para o rompimento de barreiras da mulher rural no acesso à educação na Escola Secundária Geral de Namacurra, na Zambézia; (iii) Descrever a importância do acesso à educação escolar por parte da mulher rural; e (iv)

4.1 Resultados obtidos através do inquérito por questionário administrado às alunas

Obj. 1. Identificar as principais causas do rompimento de barreiras no acesso à educação da mulher rural

De acordo com a primeira pergunta da parte II. “Com que idade começou a estudar?”, Do número total, 12 alunas correspondentes a 14% responderam que começaram a estudar com 6 anos de idade, ao passo que 13 alunas que totalizam 15% afirmaram que iniciaram os estudos com 7 anos de idade. Para além destes, 44% que representam 37 alunas apontaram que ingressaram na escola com 8 anos de idades e por fim 27% referentes a 23 alunas revelaram que começaram a estudar com 9 anos, conforme ilustra a tabela abaixo:

Tabela 2: Idade Escolar das participantes

Idade escolar	Participantes	Percentagem
5		
6	12	14%
7	13	15%
8	37	44%
9	23	27%
Total	84	100%

A partir das respostas dadas pelas respondentes percebe-se que a idade de ingresso escolar de algumas alunas não está em conformidade com a lei que rege o sistema educativo moçambicano. Segundo a lei 6/96 revogada pela lei 28 de Dezembro de 2018, no seu Artigo

5, capítulo referente a idade escolar, preconiza-se que em Moçambique é de 6 anos, isto é, completados no mesmo ano em que a criança será matriculada na 1ª Classe. Se se observar a tabela 2 percebe-se que a maioria das crianças ingressou com a idade acima de 6 anos, o que pode justificar a existência de alguma razão.

Quanto à pergunta 2 que procurava saber as causas que a levaram a estudar, obtivemos os seguintes resultados. Das 84 respondentes, 46% correspondentes a 39 respondentes afirmaram que pretendiam ter um futuro melhor e 47% alunas equivalentes a 38 respondentes apontaram que estudavam para ter um emprego seguro. Enquanto 9% que é referente a 7 respondentes consideraram outras causas os quais as levaram a estudarem (como por exemplo a curiosidade de ir a escola).

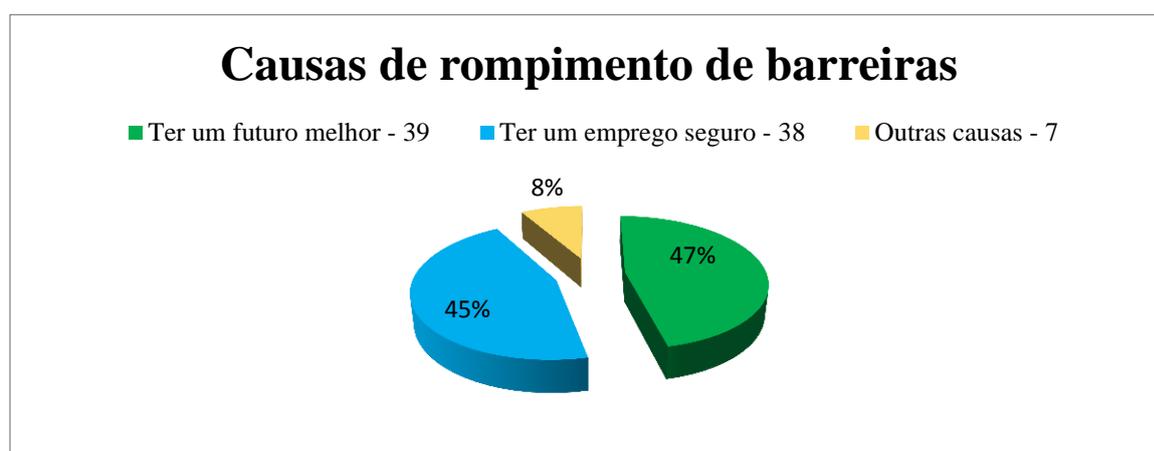


Gráfico 1. Causas de rompimento de barreiras

A partir das respostas acima apresentadas percebe-se que quando o homem e em particular a mulher tem acesso à escola, sobretudo quando possui o acesso epistemológico como afirma Bastos e Duarte (2016) passa a ter uma nova postura social. De acordo com Lusa (2011) quando as mulheres estudam elas ganham voz e instrumentos de acção, o que lhes proporciona maiores oportunidades económicas, incentivando sua participação política e transformando a sociedade para melhor. Esses benefícios começam mais cedo do que pode parecer à primeira vista. Manter as meninas na escola até a 10ª ou 12ª classe produz resultados positivos rapidamente. Essas meninas não se casam jovens; podem se virar melhor no século XXI, ajudar a família e aproveitar as oportunidades à medida que as condições económicas e sociais mudam.

Assim que a educação da mulher aqui abordada refere-se à educação formal cuja ocorrência acontece numa escola, é certo afirmar que as causas de rompimento relacionam-se igualmente aos esforços que têm sido encetados pelo Estado moçambicano, conforme descreve o PEE (2012-2016) o governo promoveu a igualdade das relações de género, incluindo a remoção de barreiras que afectam os cidadãos, em particular, as mulheres e as raparigas, como condição essencial para um desenvolvimento sustentável centrado na pessoa humana.

Obj. 2. Descrever a motivação para o rompimento de barreiras da mulher rural no acesso à educação

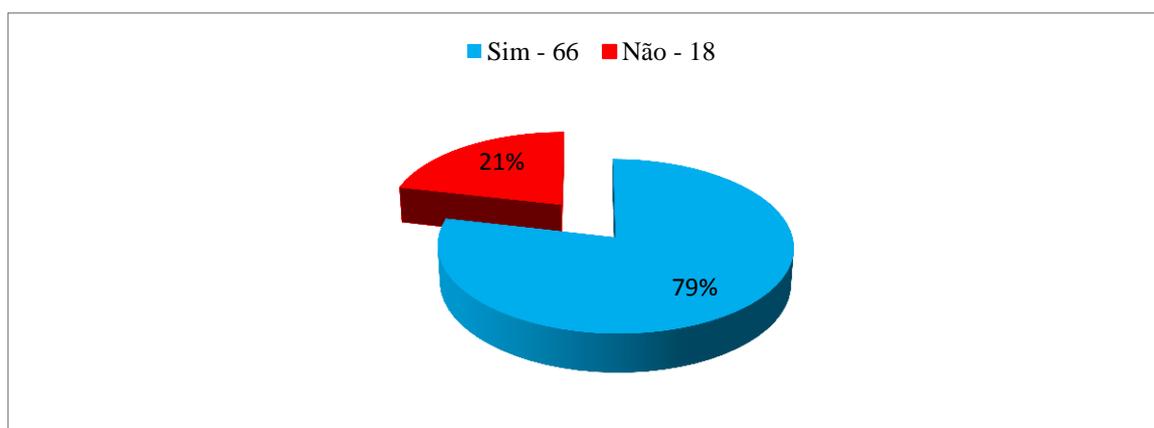


Gráfico 2: Motivação para o rompimento de barreiras por parte da mulher rural

Como pode-se observar, no gráfico 3, 79% que correspondem a 66 respondentes afirmaram que sim foram motivadas a estudar e 18 respondentes equivalentes a 21.4% apontaram que não foram incentivadas a estudar.

A seguir, apresentam-se exemplos das respostas mais frequentes das respondentes que afirmaram terem sido motivadas a romperem as barreiras de acesso à educação escolar da mulher rural por certos membros da família, como se pode conferir abaixo:

“Fui motivada pelo meu pai”.

“Fui motivada pelos membros da comunidade”.

“Pelos meus tios”.

No que toca as motivações das mulheres quanto aos estudos, percebe-se que a família, neste caso os pais e/ou encarregados de educação, vizinhos bem como tios contribuíram para que a

mulher rural tivesse acesso à educação escolar, embora a Política Cultural de Moçambique e Estratégia de sua implementação (1997) e PEE (2006-2011) apontem que as mulheres não têm direito à educação porque poucos pais investem na educação delas em relação aos homens, e também são vistas como sendo para procriação e cuidar da casa.

Obj. 3. Descrever a Importância da educação escolar por parte da mulher rural

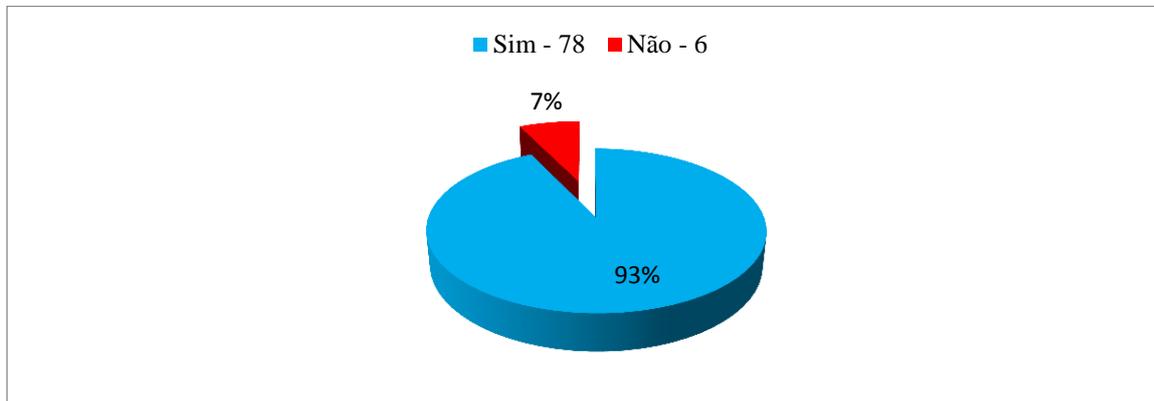


Gráfico 3. Importância de educação

Em consonância com o objectivo específico acima, colocou-se a pergunta que procurava saber a importância que a mulher rural atribuía à educação. Das respostas apresentadas, nota-se que 93% equivalente a 78 apontaram que sabiam a importância da educação escolar ao passo que 6 respondentes correspondentes a 7% afirmaram que não sabia o porquê de estarem a estudar. Como justificação, a seguir apresentam-se exemplos das respostas mais frequentes das respondentes que afirmaram que sabiam da importância da educação escolar:

“A educação é importante para se ter um futuro melhor”.

“A educação é importante para saber-se ler e escrever”

“A educação é importante para fazer bem negócios”.

Corroborando com Dias (2002) a própria educação faz parte do mundo globalizado e o papel da escola, tido como fundamental para a redução da pobreza, por exemplo, apesar de continuar a ser visto por muitos de uma perspectiva económica, ultrapassou as fronteiras do sistema social das nações estado. A educação actual apresenta-nos um desafio dualista, onde a escola deve corresponder ao mercado da globalização e ao mesmo tempo integrar a educação intercultural.

Confrontando as respostas das respondentes com a ideia do autor pode relacionar-se directamente subentende-se que ter o futuro melhor pode estar directamente relacionada com a redução da pobreza.

A educação entre as mulheres rurais também beneficia a economia rural sob a forma de aumento da produtividade agrícola. Nos países em desenvolvimento, o acesso limitado ou não à educação para as mulheres é uma das barreiras que impedem a superação da fome e a criação de vida saudável para as crianças. A educação das mulheres torna-se uma determinante chave na sobrevivência de seus filhos e na sua saúde materna³.

³ <http://www.un.org/womenwatch/feature/ruralwomen/facts-figures.html>

CAPÍTULO V: CONCLUSÕES E SUGESTÕES

5.1 Conclusões

Neste capítulo são apresentadas as conclusões e sugestões formuladas a partir do estudo realizado cujo objectivo é compreender as causas que levaram a mulher rural ao rompimento de barreiras no acesso à educação na Escola Secundária Geral de Namacurra, na Zambézia.

Para o alcance dos resultados esperados, formularam-se os seguintes objectivos específicos:

(i) Identificar as principais causas do rompimento de barreiras no acesso à educação da mulher rural na Escola Secundária Geral de Namacurra, na Zambézia; (ii) Descrever a motivação para o rompimento de barreiras da mulher rural no acesso à educação na Escola Secundária Geral de Namacurra, na Zambézia e (iii) Descrever a importância do acesso à educação escolar por parte da mulher rural na Zambézia.

Embora prevaleça a concepção cultural e tradicional relativamente a figura da mulher, nota-se um rompimento das barreiras que tradicionalmente são apontadas como sendo as que inibem o acesso educacional por parte da mulher, daí que os benefícios que advém da educação já passam a ser reconhecidos pela mulher rural.

O estudo conclui igualmente que as barreiras impostas pela cultura no sentido de a mulher não ter acesso a educação tal como homem, pouco a pouco, estão sendo eliminada pois já se empreende um esforço no sentido de a mulher ter acesso à educação. Dentre as várias causas que impulsionaram a mulher a romper com as barreiras, destaca-se: Pretensão pelo um futuro melhor, isto é, há uma crença de que através da educação o indivíduo se projecta rumo ao futuro melhor, por isso investindo nela ter-se-á um futuro brilhante.

Para que se rompesse com as barreiras no acesso à educação na Escola Secundária Geral de Namacurra, na Zambézia, as mulheres rurais foram motivadas pelos pais, tios e outros membros da comunidade. Para além desses actores, as causas de rompimento relacionam-se igualmente com o compromisso do Estado moçambicano em relação a garantia da igualdade de género no que toca ao direito a educação que consiste na construção de novas salas de aula visando a Promoção do acesso e Redução das distâncias entre casa e a escola.

As barreiras de acesso à educação por parte da mulher rural foram rompidas dado ao facto de as mulheres atribuírem importância à educação diferentemente daquilo que acontecia no passado em que a mulher se sentia realizada quando fosse ao lar. Actualmente, as mulheres da zona rural, particularmente do distrito de Namacurra, província da Zambézia apontam que a importância da educação se traduz na garantia de *um futuro melhor, na apropriação de habilidades de leitura e escrita e na capacidade da realização de negócios*.

Por ultimo, resgatando a pergunta de partida que orientou o estudo: *Que causas levaram a mulher rural ao rompimento de barreiras ao acesso à educação da mulher rural na Escola Secundária Geral de Namacurra?* Conclui-se que a mesma foi respondida, pois foram apontadas como causas as seguintes: pretensão pelo futuro melhor; desejo de ter um emprego seguro e saber ler e escrever.

5.2 Sugestões dirigidas à Escola:

Para uma maior aderência e permanência da mulher rural na escola sugere-se que:

- Intensifiquem na criação de mais escolas dentro das comunidades, para que si diminua as distâncias no percurso a escola, principalmente pelo grupo mais vulnerável;
- Que si crie políticas e estratégias não só para garantir o acesso da rapariga na escola, mas também é importante que si garanta a sua permanência nas escolas;

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- Altuna, R. (1993). *Cultura tradicional Bantu*. Luanda: Secretariado Arquidiocesano de Pastoral.
- Beauvoir, L. (1980). *Análise de conteúdo*. *Revista Electrónica de Educação*. São Paulo. Acesso em 16/09/2018 Disponível em <http://www.reveduc.ufscar.br>.
- Banco Mundial. (2007). *PSIA II – Follow-up study of primary education and baseline study of secondary education*. Mozambique, Banco Mundial, Maputo.
- Booth, T., Ainscow, M. (2002). *Ídex para inclusão: Desenvolvimento, aprendizagem e a participação na escola*. New Redland. United Kingdom: SCIE – Centro de Estudos Sobre Educação Inclusiva. Group, Washington, D.C
- Bastos, J.N e Duarte S.M (2016) *Rumo a um Ensino Básico de qualidade em Moçambique in Ensino Básico em Moçambique: Políticas, Práticas e Qualidade*
- Bittencourt, L. S. (2004). *Acessibilidade e Cidadania: barreiras arquitectónicas e exclusão social dos portadores de deficiência física*. Anais do 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária, 2 Belo Horizonte <http://www.lettras.ufmg.br/educonl/arquivos/anais/congresso>
- Bourdieu, Pierre. (1999). *A Dominação masculina*. Oeiras: Celta.
- Calleja A. (2008). *Aspects of medical care administration Boston*. NE: Harvard University Press.
- Collier, P. (2000). *Implications of Ethnic Diversity*. Banco Mundial, Development Research Group, Washington, D.C
- Conselho de Ministros (2009). *Estratégia do Ensino Secundário Geral (2009-2015)*. Maputo.
- Dias, H.N (2002) *As desigualdades sociolinguísticas e o fracasso escolar - em direcção a uma prática linguístico-escolar libertadora*, Maputo: Promédia.
- Federação Internacional de Direitos Humanos (2007). *Direitos de Mulheres no Moçambique: Dever de Terminar Praticas Ilegais*. 474/4
- Lusa E. (2011). *Departamento de estado dos EUA*. Volume 15 / número 12. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/729-4.pdf>
- Figia, N. (2005). *“A educação da rapariga e a erradicação da pobreza absoluta em*

Moçambique,” in Benigna Zimba e José Castiano. Ed: As ciências sociais na luta contra a pobreza em Moçambique. Maputo: Filson Entertainment.

Francisco, Z. L. (2005). *A Educação Informal e a Educação Formal: Interfaces e Significados de Saberes no Ensino de Química em Moçambique*. Olhar do Professor. Vol. 8, Nr. 1. Pp. 141-150. Departamento de Métodos e Técnicas de Ensino, Paraná-Brasil. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=68480111>.

Gaspari A. (2003). *Aspects of medical care administration Boston. NE*: Harvard University Press

Gil, A. (1999). *Métodos e técnicas de pesquisa social* (6ª ed). São Paulo: Editora Atlas

Gil, A. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa* (4ª edição). São Paulo: Atlas.

Gil, A. (2008). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social* (6ª edição). São Paulo: Atlas.

Instituto Nacional de Estatística/ UNICEF. (2005). *A Statical Profile of Disparities in Mozambique*. Maputo

Instituto Nacional de Estatística (2009). *Inquérito de Indicadores Múltiplos*: Maputo: INE

Joint Comision on Accreditation of Healthcare Organization- Jcacho (1993). *The Measurement Mandate- on the Road performance Improvement in Health Care*. Chicago IL, Departament of Publications.

Lei da Educação, nº6/92 de 6 de Maio de 1992. Moçambique

Louro, G. L. (1997) *Gênero, sexualidade e educação*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes

Movimento moçambicano de mulheres rurais (2014). *Mapeamento das das Organizações de Mulheres Rurais de Moçambique*. Maputo.

Marconi, M. & Lakatos, E. (2002). *Fundamentos de metodologia científica*. 3 ed. São Paulo: Atlas.

Ministério da Administração Estatal, (2005). *Perfis Distritais*. Maputo-Moçambique

Ministério da Educação (1998). *Relatório sobre os seis objectivos de Educação para todos*. Maputo.

Moura, L. C. M. (1992). *A deficiência nossa de cada dia: de coitadinho a super-herói*. São Paulo: IGLU.

- ONU (1948). Declaração Universal dos Direitos Humanos
- Osório, C. (2006). *A socialização escolar: educação familiar e escolar e violência de género nas escolas*. Outras Vozes, nº 19, Maio de 2007. (2001) Género e Pobreza em Moçambique.
- Plano Estratégico da Educação (2012-2016). *Vamos aprender construindo competências para um Moçambique em constante desenvolvimento*. Versão 6 – DRAFT, Maputo – Moçambique.
- Plano Estratégico de Educação (1997). *Combate à exclusão, renovar a escola*. Maputo.
- Plano Estratégico de Educação e Cultura (2006). *Fazer da escola um plano de desenvolvimento consolidado a moçambicanidade*. Maputo – Moçambique.
- Plano Nacional para o Avanço da Mulher 2010-2014, Maputo, Moçambique.
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (2013). *Desenvolvimento Humano até 2015, Alcançando os Objectos de Desenvolvimento do Milénio*. Relatório Nacional do Desenvolvimento Humano. Maputo, PNUD-SARDC. Pp. 47-50
- Proposta do Programa Quinquenal do Governo 2015-2019, Maputo, Fevereiro 2015.
Aprovada na 4ª Sessão Ordinária do conselho de ministros.
- Rodrigues, V. (s/d). *Importância da mulher*. Acessado em 10/10/2018 disponível em <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/729-4.pdf>
- Rua, M. G. & Abramovay, M. (2000). *Companheiras de Luta ou “Coordenadoras de Panela?”* Brasília: Ed. Unesco.
- Salomão, J.C (2014) Mulher Rural Angolana: O novo desafio do Estado Angolano. www.academia.edu/7530460
- Silva, E. (2011). *Tradição e Identidade de Género em Angola: Ser Mulher no Mundo Rural*. Revista Angolana de Sociologia.
- Silva, E. (2011). *Educação no meio rural em Angola: Tradição, (Des) igualdade de Género e Cidadania*. Instituto de educação. Centro de investigação em educação. Universidade do Minho. Portugal – Braga.
- Silva, G. (2006). *Educação e Género em Moçambique*. Centro de Estudos africanos da Universidade de Porto. 1ª ed. Porto.

Taylor, A. P. (1970). *School zone: learning environments for children colrales*. New Mexico
School Zone.

UNESO (2008). *Educação para Todos*.

Verdade.co.mz (2012). *Ainda há muito que se fazer na Educação*. [online] p.2. Disponível
em: <http://www.verdade.co.mz/tema-de-fundo/35-themadefundo/24339-ainda-ha-muito-que-se-fazer-na-educacao>. Acesso 27 Abril de 2019

APÊNDICES

E

ANEXOS

APÊNDICE 1



Faculdade de Educação

QUESTIONÁRIO

Data do Inquérito ____/____/____

NIP _____

Estimada estudante

O presente questionário surge no contexto de levantamento de dados para a realização do trabalho final do curso de licenciatura em Organização e Gestão da Educação, leccionado na Faculdade de Educação-Universidade Eduardo Mondlane. O objectivo do trabalho é *Analisar as principais razões que levam a mulher rural ao rompimento de barreiras no acesso à educação da mulher na Escola Secundária Geral de Namacurra.*

As informações que serão fornecidas no âmbito deste questionário serão usadas exclusivamente para a materialização desta pesquisa, ou seja, o questionário tem um fim eminentemente investigativo e, dirige-se especialmente aos estudantes.

Cada alternativa deve ser marcada com um X de acordo com a sua opção de resposta

Ciente da sua indispensável colaboração, agradecemos antecipadamente.

PARTE I: Dados sociodemográficos

Assinale com x as questões de escolha múltipla e com clareza as de pergunta aberta

1. Idade em anos: 1 15 a 20anos 2 21 a 24anos 3 25 a 30anos
4 Mais que 31anos

2. Estado civil:

Solteira 1 Casada 2 Outros 3 _____

3. Ocupação: _____

PARTE II

4. Com que idade começou a estudar?

5. Quais foram as causas que a levaram a estudar?

6. Sabe qual é a importância de estudar?

Sim 1 Não 2

7. Se sim. Justifique a sua resposta.

FIM

ANEXO 1



UNIVERSIDADE
E D U A R D O
MONDLANE

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

CREDENCIAL

Credencia-se Franca Isidora Victor Huber¹, estudante do curso
de Licenciatura em Organização e Gestão da Educação²,
a contactar a Escola Secundária de Namacurra³
a fim de recolher dados para obtenção do grande licenciatura⁴

Maputo, 30 de Outubro de 2017⁵

O Director Adjunto para Graduação

Adriano S. Uaciquete

dr. Adriano Uaciquete

(Assistente)

-
- ¹ (Nome do Estudante)
² (Curso que frequenta)
³ (Instituição de recolha de dados)
⁴ (Finalidade da visita)
⁵ (Data, Mês, Anó)